

## Coluna do Castello

### PDS examinará contraproposta

*Brasília* — O Senador José Sarney aguardava ontem uma palavra do Deputado Ulysses Guimarães no sentido de que o PMDB não fará a votação amanhã, quarta-feira, do Decreto-Lei 2.045. Se o decreto for votado, a negociação em curso estará automaticamente encerrada e o Governo terá de baixar nova medida que defina uma política salarial. Ele espera contudo que o PMDB concorde em ampliar o tempo de negociação, mesmo porque continua a considerar viável um entendimento entre os Partidos para aprovar um plano geral de estabilidade econômica.

Da parte do PDS, o Senador Sarney, respaldado aliás por declarações do Senador Dalla, já comunicou ao PMDB que a ausência do Senador Nilo Coelho da presidência do Congresso não provocará mudança de decisão da Mesa. Tudo continuará a acontecer segundo a norma estabelecida pelo enfermo Senador por Pernambuco, quando decidiu tomar os votos da Câmara, independentemente da verificação de quorum do Senado. "O PDS", diz o Senador, "não tem jogo escondido". Mas o fato é que ele espera que a Oposição não se precipite e possibilite o prosseguimento das negociações que podem chegar até o dia 26.

Como tem antecipado, o Sr Ulysses Guimarães deverá comunicar hoje ao presidente do PDS que seu Partido não concorda com o achatamento salarial, por entender que o trabalhador já paga uma cota excessiva de sacrifício pela crise econômica. Para o Senador Sarney, entretanto, tal resposta não é conclusiva, pois o PMDB poderá oferecer uma contraproposta de medidas antiinflacionárias que atendam ao objetivo maior do Governo. Concorda o Senador Sarney em que o salário não é a fonte da inflação mas um dos seus componentes. Se houver uma equação que proponha solução ao problema do combate à inflação, o Governo a examinará.

Lembra, contudo, o presidente do PDS que os políticos de São Paulo medem seu juízo pelo que acontece na região do ABC, na qual os aumentos salariais continuam a se fazer na base dos 100%. Para a imensa maioria dos trabalhadores brasileiros, o essencial, na conjuntura, é manter o emprego. Se as empresas forem compelidas a dar um aumento acima da sua possibilidade econômica, elas terão de reduzir o número de empregados para continuar a operar segundo as leis do mercado. Um aumento fora da natureza do fato econômico, ao invés de dar mais segurança ao assalariado, gera inquietação, na medida em que põe em risco o seu emprego.

Ele acha que o PDS, pela comissão dos 11, propõe um plano global no qual se prevê a distribuição mais equânime dos ônus, eliminando privilégios e dando a cada grupo a cota de sacrifício imposta pela necessidade de conter a inflação. Esse conjunto de projetos, no entender do presidente do Partido do Governo, pode ser uma base razoável de entendimento. As medidas propostas e já conhecidas são, aliás, aceitas pelos diversos Partidos. O nó está apenas na questão salarial; e da solução dela está pendente o êxito dessa abertura política, mediante a qual o Governo transferiu aos políticos a oportunidade de criar a decisão.

Ainda no sábado, o Senador Sarney voltou a conversar com o Ministro Leitão de Abreu para analisar o andamento das gestões políticas e ambos consideraram que a área civil está em condições de dar um passo decisivo para restabelecer a unidade política do país. Se os Partidos não forem capazes de se entenderem em torno de fórmulas consensuais para superação da crise econômica, o Governo ficará sem alternativa, a não ser a de continuar a legislar mediante decretos-leis.